

18 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Crescem ações judiciais

contra os bancos

Estudo do CNJ aponta que 39% dos processos relacionados à defesa do consumidor em 2016 envolviam instituições financeiras

Aline Machado Parodi
Reportagem Local

Levantamento do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) mostra que o setor bancário foi o que concentrou queixas dos consumidores em 2016. A reclamação de direitos envolvendo instituições financeiras representou 39% do total de assuntos em novas ações judiciais.

Segundo o estudo, entre 2014 e 2016 o número de processos envolvendo bancos aumentou em 10 pontos percentuais.

No ano passado, foram registradas 448.466 queixas em processos novos. Um processo pode ter mais de uma reclamação. No Paraná, foram 6.320 citações do assunto em ações de direito do consumidor.

A responsabilidade do fornecedor foi objeto de 65% das reclamações. A indenização por dano moral foi o tipo de providência mais exigido nessas causas, tendo sido o objeto de 67% das demandas. O estudo do CNJ também apontou que os juizados especiais são o caminho

mais procurado para resolver os litígios (29%), com a celebração de acordos com valores de até 40 salários-mínimos.

A justiça comum (1º grau) foi acionada em apenas 5% dos processos. Os tribunais de Justiça “campeões” de demandas sobre o direito do consumidor foram o Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), onde 39% dos casos novos apresentados em 2016 tinham relação com direito do consumidor.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), com 32% dos casos, e o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), com 28%, são as cortes com os segundo e terceiro maiores percentuais, respectivamente.

O aumento da judicialização, segundo o Conselho, foi precedido ao crescimento da população brasileira bancarizada. Entre 2011 e 2014, o percentual da população adulta (acima de 15 anos) que possuía conta em banco cresceu de 56% para 68%, índice que é superior à média dos demais países da América Latina e Caribe (51%), de acordo com dados do Banco Mundial.

No ano-base de 2014, segundo o Banco Mundial, o Brasil tinha 108 milhões de contas-correntes e 130 milhões de poupanças. O País possui 173 bancos, de acordo com os números mais recentes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), publicados no “Painel 2016 econômico e financeiro” da entidade.

PROCON

O Procon de Londrina registrou em 2016 1.384 queixas contra instituições financeiras, das quais 418 contra bancos. Dúvidas sobre cobranças de taxas, problemas nos contratos e cobranças indevidas estão no Top 3 das reclamações. De acordo com o coordenador do Procon municipal, Gustavo Richa, as reclamações contra as instituições bancárias só perdem para as de telefonia.

CONTINUA

18 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O órgão tem fiscalizado o cumprimento da legislação municipal que determina tempo máximo para espera por atendimento. Pela lei, o tempo de espera tolerado para atendimento pessoal em agências bancárias é de 15 minutos em dias normais e de 30 minutos em dias de pico, quando ocorrem pagamentos de salários e vencimentos de faturas e boletos.

Duas agências bancárias do mesmo banco chegaram a ter os serviços suspensos temporariamente por reincidência no município. A empresa conseguiu uma decisão judicial para retomar as atividades e está elaborando um plano de ação para reduzir o tempo de espera.

Segundo Richa, outras agências estão na berlinda. "Com a liberação do FGTS, estamos fazendo um rodízio para fiscalizar o atendimento, porque está havendo muita fila nos bancos", comentou o coordenador.

Febraban diz que ações cíveis caíram em 2016

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma por meio de nota que no ano passado houve redução de 4,7% no volume de ações cíveis contra os bancos de varejo, na comparação com o ano anterior. O número, segundo a entidade, é expressivo, especialmente considerando o fluxo de bancarização no Brasil que, de acordo com o Banco Central, cresce a taxas próximas a 3,3% todos os anos.

Para a federação, essa queda é em função do investimento que os bancos estão fazendo para atender o crescimento do mercado bancário. "Expressivos esforços no aperfeiçoamento dos canais de atendimento (SAC e ouvidoria) dos bancos, além do Sistema de Autorregulação Bancária e do Conte aqui - muito bem-sucedidos no objetivo de ampliar os processos de prevenção, esclarecimento e resolução de conflitos de consumo -, são apenas alguns exemplos de iniciativas nesse

sentido", disse a nota enviada pela entidade.

A Febraban também informa que, nos últimos anos, os bancos fortaleceram seus canais para tratativas pré-processuais. Tais estruturas internas de prevenção de litígios judiciais têm resultado em significativas reduções nos casos de litígio em nível nacional.

"A Febraban entende que muitos dos processos judiciais existentes hoje contra as instituições financeiras poderiam ser rapidamente resolvidos por meio de soluções alternativas extrajudiciais. A entidade e seus bancos associados apoiam toda iniciativa que tem como pano de fundo a desjudicialização, como forma de contribuir na busca por soluções para ajudar a descongestionar o Judiciário e na redução de custos - inclusive para os próprios consumidores e para a sociedade como um todo", continua a nota. (A.M.P.)

18 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Juíza autoriza vereador preso participar de sessão na Câmara de Cornélio

Loriane Comeli

Reportagem Local

A juíza da Vara Criminal de Cornélio Procópio (Norte Pioneiro), Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez Dias, autorizou o vereador André Lima (DEM), preso na semana passada, sob suspeita de participação em esquema de tráfico de drogas, a participar das sessões da Câmara Municipal com escolta. Ele será levado toda terça-feira, pouco antes do horário do início da sessão, às 20 horas, para o Legislativo. A decisão foi proferida na última terça (16) em medida na qual a defesa de Lima requeria a revogação da prisão temporária (por 30 dias). Alternativamente, a defesa solicitou permissão para comparecimento às sessões, já que faltas constantes poderiam levar à perda do mandato.

A juíza argumentou que os elementos para a prisão persistem. "Observou-se ser a sua prisão medida imprescindível às investigações, visando com ela a viabilidade de sua oitiva quanto aos diálogos interceptados e esclarecimentos de sua relação com os demais envolvidos, além de preservar a isenção nos demais depoimentos colhidos, em especial pela importância política exercida pelo ora requerente", escreveu.

A prisão foi decretada sobretudo em razão de o nome do vereador ter aparecido em interceptações telefônicas,

conforme asseverou a magistrada. Segundo ela, foram "captadas conversas com pessoas já conhecidas no meio policial pela prática do tráfico de drogas, além de indicativos de que mantinha negociação com possíveis traficantes, e encontros marcados pelo requerente com indivíduo suspeito de atuar de forma importante no tráfico de drogas nesta cidade e região".

Porém, entendeu que o fato de haver possibilidade de o vereador perder o mandato se não comparecer às sessões, conforme prevê o artigo 28 da Lei Orgânica do Município de Cornélio, ela autorizou ida semanal à Câmara, mediante escolta. "Por outro lado, mostra-se desproporcional submeter o requerente à perda do mandato eletivo em virtude de sua custódia temporária, especialmente por se tratar de medida cautelar de caráter provisório, consequência que afrontaria a democracia exercida pela população desta cidade quando da sua eleição ao cargo de vereador."

O procurador da Câmara de Cornélio, Rafael Ernani Cabral Brocher, disse que há precedentes em todo o País de decisões semelhantes, em que os juízes permitem que vereadores presos compareçam às sessões legislativas. Questionado se o vereador preso não poderia invocar o artigo 28 da Lei Orgânica e afastar-se do cargo, sem re-

muneração, ele respondeu que "em princípio, seria uma possibilidade". "Mas não há consenso." O artigo 28 afirma que não perderá o mandato o vereador licenciado por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por ano de ano de mandato.

O advogado de Lima não foi localizado ontem.

18 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Judiciário em questão

No momento em que o Judiciário é exaltado como última esperança de livrar o Brasil da corrupção sistêmica, o Paraná é um exemplo claro de que aqui mal funciona: está marcado para o dia 30 deste mês o júri de Ataíde de Oliveira Neto, promotor de evento no Jockey Club que provocou a morte de três jovens e inúmeros feridos e que no dia 31 marcará 14 anos da tragédia. Catorze anos, é possível aceitar tanta protelação? Sirva o tema de reflexão no momento em que marcamos a passagem de oito anos da morte dos jovens no acidente envolvendo o ex-deputado Ribas Carli e com o Poder Judiciário sem saber se manda ou não o processo a júri.

Além disso, temos os casos do Nelson Justus, denunciado nos Diários Secretos e até agora não julgado, como houve ainda o do protegido do governador, o Ezequias, aquele que metia a mão na grana da sogra fantasma, fato denunciado quando era chefe de gabinete do deputado Beto Richa. A Lava Jato pelo jeito não contagia e é insuficiente para mexer com os fortes rituais da cordialidade na província.

18 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Lula perde no TRF4

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu não analisar o pedido feito pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de suspeição dos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato. De acordo com a Oitava Turma da Corte, o mérito da solicitação sequer foi examinado porque é “incabível” utilizar o instrumento do habeas corpus (HC) para pedir suspeição de membros do Ministério Público Federal (MPF). Os advogados de Lula alegaram haver inimizade dos procuradores com Lula e disseram que houve “ilegalidade da atuação” ao convocarem uma entrevista à imprensa para apresentá-lo como “chefe da organização criminosa” em uma apresentação de Power Point. Esse recurso, afirmaram os integrantes do tribunal, só poderia ser utilizado se houvesse “flagrante ilegalidade”.

Processos contra Bolsonaro

O Conselho de Ética da Câmara instaurou hoje (17) processos por quebra de decoro contra os deputados Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) e Delegado Éder Mauro (PSD-PA). São dois processos contra Bolsonaro e um em desfavor de Éder Mauro. Todas as representações envolvem atos praticados contra o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ). A definição dos relatores de cada representação será feita até terça-feira (23).

Fiança de Eike

O juiz Marcelo Bretas suspendeu nesta quarta-feira (17) o prazo para o pagamento da fiança de R\$ 52 milhões cobrada de Eike Batista. A decisão não deixa claro quando o empresário terá de quitar o valor. A justificativa do magistrado tem como base um despacho feito em processo sob sigilo de justiça, cujo teor é desconhecido. Eike vinha tentando firmar delação premiada, mas os fatos relatados até a última semana não interessaram aos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato. O prazo para que Eike pagasse o valor expirava nesta quarta, após sucessivos adiamentos.

18 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Em áudio, Temer dá aval à compra do silêncio de Cunha

Gravação feita por dono do grupo J&F revela que presidente teria agido para manter Eduardo Cunha de boca fechada; deputado protocola pedido de impeachment

Folhapress

São Paulo - O presidente Michel Temer foi gravado por um dos donos do grupo J&F, proprietário da marca JBS, falando sobre a compra do silêncio do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), segundo o colunista Lauro Jardim, do jornal "O Globo". OAB defende investigação "rápida e profunda de gravações" feitas pela JBS.

De acordo com o jornalista, Temer indicou para resolver a questão o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), que posteriormente foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados por Joesley Batista.

Segundo o jornalista, Temer ouviu do empresário Joesley Batista, da JBS, que ele estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada na prisão para que ficassem em silêncio.

Ainda segundo o jornal, o presidente disse: "Tem que manter isso, viu?" Segundo "O Globo", Joesley e seu irmão Wesley foram ao gabinete do ministro do Supremo Edson Fachin para selar um acordo de delação premiada.

A reportagem afirma que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) foi gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley e que a quantia foi entregue a um primo do tucano, em ação filmada pela PF.

A delação, diz "O Globo", também menciona o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega como contato com o PT.

Joesley, diz a reportagem, pagou para Cunha R\$ 5 milhões para o ex-presidente da Câmara após a prisão dele, em outubro do ano passado.

Seria a primeira ocasião de uma ação da PF em busca de provas em flagrante dentro da Lava Jato.

ESTRATÉGIA

O presidente Temer começou a esboçar na noite desta quarta-feira (17) estratégia para evitar que a divulgação de gravação desestabilize sua gestão e afete a votação de reformas governistas.

Em uma tentativa de reação, Temer se reuniu no início da noite com o ministros, políticos aliados e com o núcleo de comunicação do Palácio do Planalto para preparar um posicionamento público.

A ordem é, por enquanto, minimizar as acusações, passar um clima de normalidade institucional e defender que é necessário aguardar a divulgação das eventuais gravações.

Nos bastidores, contudo, assessores e auxiliares reconhecem que, caso os áudios venham a público, podem criar a pior crise enfrentada até o momento pela gestão peemedebista, com potencial de afetar a fidelidade da base aliada.

A avaliação é de que podem também fomentar os partidos de oposição a pressionarem por seu impeachment, já que o episódio ocorreu durante o mandato presidencial.

Um auxiliar de Temer, no entanto, lembra que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não é Eduardo Cunha e que, portanto, "dificilmente um pedido prosperará".

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ADMITE ENCONTRO

Em nota à imprensa, Temer diz que “jamais solicitou pagamentos para obter o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. Não participou e nem autorizou qualquer movimento com o objetivo de evitar delação ou colaboração com a Justiça pelo ex-parlamentar.” O presidente, no entanto, admitiu ter se encontrado com o empresário. “O encontro com o empresário Joesley Batista ocorreu no começo de março, no Palácio do Jaburu, mas não houve no diálogo nada que comprometesse a conduta do presidente da República.”

Até o fechamento desta edição Loures não havia se pronunciado oficialmente.

OAB

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Claudio Lamachia, defendeu investigação rápida e profunda sobre o conteúdo das gravações feitas pelo empresário Joesley Batista, dono da J&F, que, supostamente, mostram a tentativa de obstrução de Justiça pelo presidente da República, Michel Temer.

“São estarrecedores, repugnantes e gravíssimos os fatos noticiados por ‘O Globo’ a respeito de suposta obstrução da Justiça praticada pelo presidente da República e de recebimento de dinheiro por parte dos senadores Aécio Neves e Zezé Perrella”, disse Lamachia, por meio de nota.

“A sociedade precisa de respostas e esclarecimentos imediatos. As cidadãs e cidadãos brasileiros não suportam mais conviver com dúvidas a respeito de seus representantes.”

18 MAI 2017

18 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

FOTOS EM
ATIBAIA



— Devo admitir, doutor Moro. O ângulo dessa foto não favorece em nada a dona Marisa...

18 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Projudi tem 8 milhões de processos cadastrados

O Processo Judicial Digital (Projudi) completa 10 anos de implantação pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O sistema foi inaugurado em maio de 2007, como projeto-piloto na Comarca de Campo Largo, e atendia somente a competência de Juizado Cível.

Hoje no Projudi já são mais de 8 milhões de processos eletrônicos tramitando, além de mais de 440 mil recursos, além disso, recebe mensalmente cerca de 110 mil processos, com pico de acessos simultâneos chegando a 33 mil usuários.

Em 2012, cinco anos após o início de sua implantação, o programa já tinha alcançado a marca de 1 milhão de processos cadastrados e já estava instalado em todas as Varas Cíveis do Paraná, além de atender aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, da Fazenda Pública e das Varas de Família, Infância e Juventude e Turma Recursal. ●

18 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Processo contra Recalcatti é enviado ao TJ-PR


A Vara Criminal de Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, enviou o processo contra o delegado Rubens Recalcatti (PSD), agora deputado estadual, para o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A decisão é de terça-feira (16) e tem como base a prerrogativa de for privilegiado que o delegado adquiriu, após assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

Recalcatti é acusado de envolvimento no



assassinato de Ricardo Geffer, em 2015. Geffer era suspeito de ter participado da morte do ex-prefeito de Rio Branco do Sul, João Dirceu Nazzari, conhecido como João da Brasçal. O político era casado com uma prima do delegado. ♣

Empresário vai a júri por morte de jovens em show

 O empresário Athayde de Oliveira Neto, responsável pela organização de um show de rock que terminou com a morte de três adolescentes, deve ir a júri popular. O julgamento será na 2ª Vara Privativa do Tribu-

nal do Júri (TJ-PR), no próximo dia 30 de maio.

O show aconteceu em maio de 2003, no Jockey Club. Na ocasião, outras 40 pessoas ficaram feridas, sendo 12 em estado grave. A confusão aconteceu durante um tumulto na fila para a entrada, logo após

o início da apresentação da banda Raimundos. O empresário é acusado de homicídio com dolo eventual, com motivação torpe. Para o Ministério Público do Paraná (MPPR), o réu vendeu mais ingressos do que a capacidade do espaço visando lucro. ♣

18 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

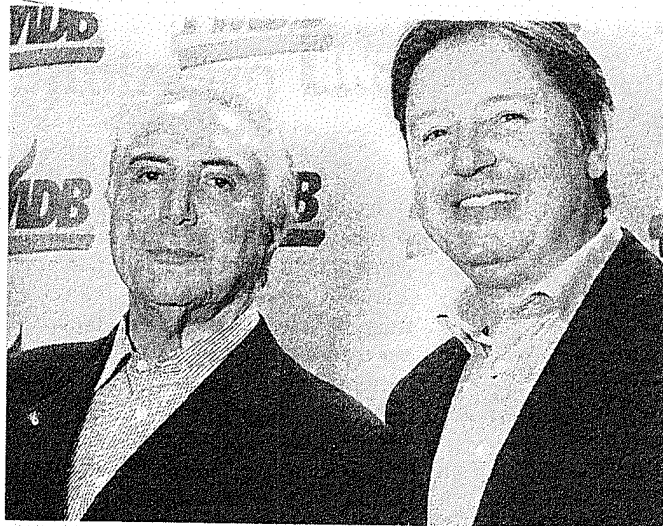
Grave denúncia da JBS pode colocar fim ao governo Temer

O presidente Michel Temer foi gravado por empresário dando aval para a compra de silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. O Congresso encerrou a sessão logo após a publicação da denúncia e vários pedidos de impeachment foram protocolados. Temer nega o envolvimento no caso e pede investigações.

Dono da JBS gravou aval para compra de silêncio

Os donos da JBS disseram em delação à Procuradoria-Geral da República (PGR) que gravaram o presidente Michel Temer dando aval para comprar o silêncio do deputado cassado e ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), depois que ele foi preso na operação Lava Jato. A informação é do colunista do jornal "O Globo" Lauro Jardim.

Segundo o jornal, o empresário Joesley Batista entregou uma gravação feita em março deste ano em que Temer indica o deputado Rodrigo Rocha Lourdes (PMDB-PR) para resolver assuntos da J&F, uma holding que controla a JBS. Posteriormente, Rocha Lourdes foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil, enviados por Joesley. ■



Rocha Loures teria recebido o dinheiro a pedido de Temer

18 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Crime grave não gera presunção de culpa, julga STJ

6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça autorizou que dono de uma clínica de reabilitação responda em liberdade por cárcere privado e maus-tratos

O Judiciário não pode adotar a tese de que, em casos de crimes graves, é preciso sempre decretar a prisão cautelar do réu antes do trânsito em julgado. Isso porque o princípio da presunção de inocência não cria graus de diferenciação entre delitos.

Esse foi o entendimento unânime da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao permitir que o dono de uma clínica de reabilitação respondesse em liberdade seu processo por cárcere privado e maus-tratos.

O réu foi condenado em primeiro e segundo graus por manter 43 pessoas, entre eles, dois menores de idade, em condições consideradas inaptas para o tratamento de desintoxicação. Na denúncia é citado que a clínica oferecia alimentação insuficiente e impedia os internos de saírem de seus quartos em dias de visita para não causar "má impressão" nos visitantes.

Em recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo, após a condenação, os advogados Luciana Rodrigues e Welington Arruda, do Rodrigues e Arruda Advocacia, pediram que o réu pudesse recorrer em liberdade. "Primariedade, residência fixa e trabalho lícito são circunstâncias que não impedem a medida constritiva", respondeu a corte paulista, ao negar a solicitação.

O TJ-SP também destacou a necessidade de manter o réu preso por causa da possibilidade de atrapalhar os atos processuais, além da gravidade do crime. No recurso ao STJ, os advogados argumentaram que não há como manter alguém preso sob a alegação de a liberdade permitiria novo delito, "a menos que estejamos diante de mera futurologia".

18 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mutirão da Justiça pela Paz em Casa ocorrerá em agosto

A próxima Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os tribunais de Justiça estaduais, já tem data para ocorrer: será entre os dias 21 e 25 de agosto.

A iniciativa conta com a parceria das varas e juizados especializados em violência doméstica e visa ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), com julgamentos

concentrados de ações penais relativas à violência de gênero. Mais de 1 milhão de processos relativos à violência doméstica tramitam na Justiça brasileira, atualmente.

A Semana Justiça pela Paz em Casa está na 8ª edição e faz parte da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, criada pela Portaria n. 15/2017. Criado em 2015 pela

presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, em parceria com os presidentes dos Tribunais de Justiça, o programa "Justiça pela Paz em Casa" deve ser desenvolvido continuamente, ao longo do ano. No entanto, durante três semanas por ano (março, agosto e novembro) será executado como um esforço concentrado e gerar dados e relatórios das ações para avaliação de resultados.

STJ julga se Fazenda paga honorários na execução de ação coletiva

O Superior Tribunal de Justiça vai julgar se devem ser pagos honorários na execução individual de ações coletivas contra a Fazenda. A Corte Especial vai decidir recursos repetitivos que discutem se a Súmula 345 ainda tem validade diante do parágrafo 7º do artigo 85 do novo Código de Processo Civil, aprovado em 2015.

A súmula 345 foi editada pelo STJ em 2007 e estabeleceu que são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que embargadas.

Já o artigo do CPC de 2015 fixou que não são devidos honorários no cumprimento de sentença contra a

Fazenda que enseje expedição de precatório, desde que a sentença não tenha sido impugnada.

Foram escolhidos como representativos de controvérsia os recursos especiais 1.648.238, 1.648.498 e 1.650.588. Segundo o STJ, pelo menos 38 ações já estão suspensas até a definição de tese pelo tribunal.

18 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Balança de farmácia não precisa ser fiscalizada pelo Inmetro, define STJ

As balanças disponíveis gratuitamente nas farmácias para uso do público não estão sujeitas à fiscalização periódica do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Essa foi a decisão tomada pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao negar, por unanimidade, recurso no qual o Inmetro buscava o reconhecimento da legitimidade da fiscalização e da cobrança de taxas de verificação dos equipamentos.

Na ação, o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de São Paulo argumentou que a fiscalização

das balanças, com cobrança de taxa de serviço de aferição e multa no caso da ausência do selo do Inmetro, era abusiva, pois somente os instrumentos utilizados na exploração econômica do estabelecimento devem ser submetidos a esse controle.

O recurso do Inmetro era contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que havia decidido que as balanças oferecidas para uso gratuito do público pelas farmácias, justamente por não integrarem sua atividade econômica, não estão sujeitas à fiscalização do instituto.

Associação criada há menos de um ano pode propor ACP, diz STJ

De acordo com a Lei 7.347/85, para que uma associação tenha legitimidade para propôr ação civil pública, é necessário que ela tenha sido constituída há mais de um ano. Porém, esse requisito temporal pode ser dispensado quando houver interesse social, comprovado pela dimensão do dano.

Assim, em decisão unânime, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reformou acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás para reconhecer a legitimidade ativa de uma associação, constituída há menos de um ano, na defesa

jurídica dos portadores de doença celíaca.

A associação ajuizou ação civil pública contra uma pizzaria para que fossem incluídas, na descrição de seus produtos, informações relativas à existência de glúten, bem como a advertência específica aos celíacos.

O TJ-GO manteve a sentença que declarou extinta o processo por falta de legitimidade ativa, em razão de a associação ter menos de um ano na data da propositura da ação, requisito temporal exigido pelo artigo 5º, V, da Lei 7.347/85.

18 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça alagoana analisa primeiro ano de suporte técnico em saúde

Servidores do Judiciário alagoano apresentaram o trabalho “Câmara Técnica de Saúde: Um ano de atividades subsidiando decisões judiciais no Tribunal de Justiça de Alagoas”, durante o II Fórum Pernambucano de Avaliação de Tecnologias em Saúde, entre 8 e 10 de maio.

O médico Tarciso Francelino Moreira, coordenador da Câmara, e a enfermeira Neuzianne Oliveira Silva expuseram a experiência alagoana com órgão, implantado em março de 2016 para fornecer informações especializadas aos magistrados

para ajudá-los em decisões que envolvam medicamentos, cirurgias, diagnósticos, internações, etc.

De acordo com o trabalho, no período de um ano foram emitidos 558 pareceres, dos quais 70% das solicitações foram referentes a exames, 15,5% a procedimentos cirúrgicos, 4,4% foram sobre medicamentos e o restante relativo a outras questões. Os servidores destacam que a crescente busca pela efetivação do direito à saúde através de ações judiciais tem intensificado o protagonismo do Judiciário na área.

Loja de animal não precisa contratar veterinário nem se registrar em conselho

Lojas que vendem animais vivos e medicamentos veterinários não precisam ser registradas no Conselho Regional de Medicina Veterinária nem contratar veterinários como responsáveis técnicos. A decisão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. A decisão unânime foi proferida sob o rito dos recursos repetitivos e manteve a jurisprudência do STJ sobre o assunto.

O colegiado definiu a seguinte tese: “Não estão sujeitas a registro perante o respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária nem à con-

tratação de profissionais nele inscritos como responsáveis técnicos as pessoas jurídicas que explorem as atividades de comercialização de animais vivos e venda de medicamentos veterinários, pois não são atividades reservadas à atuação privativa do médico veterinário”.

Conforme o artigo 927 do Código de Processo Civil, a definição da tese pela 1ª Seção do STJ vai servir de orientação às instâncias ordinárias da Justiça, inclusive aos juizados especiais, para a solução de casos fundados na mesma controvérsia jurídica.

18 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Governo busca recursos extras em depósitos judiciais

Dinheiro reservado para pagamento de dívidas poderá ser usado para liberar verbas bloqueadas em março

JULIO WIZIACK
MARIANA CARNEIRO
DANIEL CARVALHO
DE BRASÍLIA

A equipe econômica trabalha com a possibilidade de liberar gastos dos ministérios que, em março, foram represados em R\$ 42,1 bilhões. Para isso, tem quase duas semanas para buscar receitas extraordinárias que, até o momento, somam R\$ 9,5 bilhões.

A maior parte desses recursos (R\$ 4,5 bilhões) virá de precatórios vencidos que foram liberados por meio de autorização judicial. O governo esperava contar com R\$ 8,6

bilhões em precatórios, mas ainda não conseguiu liberá-los completamente.

Outros R\$ 3,5 bilhões devem sair da venda de lotes do pré-sal que serão leiloados ainda no primeiro semestre. O valor pode ser maior porque houve uma decisão do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) permitindo que operadores que hoje já exploram áreas contíguas a esses blocos possam "juntá-los".

Como a União só terá de pagar R\$ 1,5 bilhão à Cemig (empresa de energia de Minas) no ano que vem, o dinheiro ficará à disposição do governo. O valor se refere a uma indenização à companhia mineira de energia pela retomada das usinas pelo governo.

A situação orçamentária atual é complicada porque a arrecadação só reagirá quando as empresas pararem de compensar créditos tributários gerados por prejuízos acumulados na recessão.

Em parte, é também por isso que o governo precisou elevar a meta de déficit de 2018 de R\$ 79 bilhões para R\$ 129 bilhões. Neste ano, foi preciso fazer o contingenciamento de despesas previstas para o cumprimento da meta de déficit de R\$ 139 bilhões.

PRECATÓRIOS

Em março, a equipe econômica tentou contar com os R\$ 8,6 bilhões em precatórios para fazer um bloqueio menor de gastos. No entanto, teve de seguir orientação da ministra Cármen Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), que, naquele momento, não liberou a contabilização desses recursos.

O impasse levou o governo a preparar um projeto de lei, enviado ao Congresso nesta semana para dar mais segurança jurídica para o uso desses recursos pela União.

Hoje, o governo acessa esse dinheiro graças a uma resolução do Conselho de Justiça Federal (CJF). Por ela, se um precatório vence e o dono do dinheiro não aparece em até dois anos para receber, o governo pode reaver a verba, que é produto de uma derrota do setor público.

O beneficiário pode aparecer depois do prazo, mas, neste caso, só poderá sacar o dinheiro no ano seguinte, com um prazo máximo de cinco anos. Depois disso, o precatório é cancelado.

Desde março, a AGU (Advocacia-Geral da União) vinha acionando a Justiça para saber quanto, afinal, poderia ser usado pelo governo.

18 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Delator envolve Temer em compra de silêncio de Cunha

JBS gravou presidente dando aval a repasses
a ex-presidente da Câmara

Joesley Batista fez ação combinada junto com investigadores e atinge Aécio e Mantega; Planalto não comenta

O presidente Michel Temer foi gravado por um dos donos do grupo J&F, proprietário do frigorífico JBS, falando sobre a compra do silêncio do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A informação foi dada pelo colunista Lauro Jardim, do jornal "O Globo", e confirmada pela **Folha**.

Temer indicou para resolver a questão o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), seu aliado próximo, que posteriormente foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados pelo empresário Joesley Batista, da JBS.

Temer ouviu de Joesley Batista que estava dando a Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada na prisão para que ficassem em silêncio. O presidente disse, incentivando: "Tem que manter isso, viu?"

A conversa teria sido em março deste ano. Funaro está preso, assim como Cunha, que manteve por anos relação próxima ao atual presidente dentro do PMDB.

Joesley e seu irmão Wesley foram ao gabinete do ministro do Supremo Tribunal Fe-

deral Edson Fachin para selar um acordo de delação premiada na última quarta (10).

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) também foi gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley. A quantia foi entregue posteriormente a um primo do tucano, em ação filmada pela PF.

A delação da JBS também menciona o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega como contato da companhia com o PT.

Joesley pagou para Cunha R\$ 5 milhões para o ex-presidente da Câmara após a prisão dele, em outubro do ano passado, em um "saldo de propina" remanescente que possuía.

Esta seria a primeira ocasião de uma ação da PF em busca de provas em flagrante dentro da Operação Lava Jato. Isso significa que as ações dos delatores foram combinadas com os investigadores.

Cunha já foi condenado em primeira instância na Lava Jato e, mesmo detido, encaminhou, em processos em que é acusado, perguntas a Temer a respeito de pagamentos em campanhas eleitorais.

A JBS esteve na mira de investigações da Polícia Federal em diferentes frentes desde 2016. Na sexta (12), a PF deflagrou operação sobre su-

postas irregularidades em empréstimos do BNDES. O juiz Ricardo Leite, do DF, havia negado um pedido de prisão contra os donos da empresa.

A empresa teve forte expansão, inclusive fora do Brasil, a partir da década passada e se tornou em uma das principais doadoras de campanhas.

REAÇÕES

O Planalto não comentou de forma oficial o assunto. Temer começou a esboçar na noite desta quarta estratégia para evitar que o caso desestabilize sua gestão e afete a votação de reformas defendidas pelo governo.

Em uma tentativa de reação, Temer se reuniu logo depois com ministros, políticos aliados e com o núcleo de comunicação do Planalto para preparar um posicionamento público.

A ordem era, por enquanto, minimizar as acusações, passar um clima de normalidade institucional e defender que é necessário ainda aguardar a divulgação das eventuais gravações.

CONTINUA

18 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Nos bastidores, contudo, assessores e auxiliares reconhecem que, caso os áudios venham a público, podem criar a pior crise enfrentada até o momento pela gestão peemedebista, que completou um ano na semana passada.

A avaliação é de que isso pode desmantelar a base aliada e fomentar os partidos de oposição a pressionarem por seu impeachment, já que o episódio ocorreu durante o mandato presidencial.

Aliado de Temer, Maia encerrou a sessão desta quarta, bateu boca com a oposição e deixou o plenário da Casa transtornado.

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) leu na tribuna da Câmara a reportagem de "O Globo". A oposição começou então um coro de "fora, Temer!" e Maia encerrou a sessão em que estava prevista a votação de uma série de medidas provisórias que estão prestes a caducar.

Começou então o bate-boca entre Maia e o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), que já protocolou um pedido de impeachment.

"Se confirmada a veracidade das gravações, acabou o governo Temer. Não tem como segurar", afirmou Afonso Florence (PT-BA).

Irritado e cercado por seguranças, Rodrigo Maia deixou o plenário.

"Não tem mais clima para trabalhar. Só isso", disse o presidente da Câmara ao deixar a Casa pelo cafezinho anexo ao plenário.

Até o início da noite desta quarta, Aécio e Mantega não tinham sido localizados para comentar o assunto. A defesa de Cunha informou que ele não iria se manifestar.

NA MIRA DA JBS

O delator



Joesley Batista

DONO DA JBS,

O empresário fez delação premiada e entregou gravação na qual o presidente Michel Temer teria dado aval a pagamento de propina. Delação pode ter impacto ainda maior que a da Odebrecht

Os mencionados



Eduardo Cunha,

EX-DEPUTADO (PMDB-RJ)

Joesley Batista teria informado a Michel Temer, em conversa reservada, que pagava a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro, ambos presos na Operação Lava Jato, uma mesada para que ficassem calados



Rodrigo Rocha Loures

DEPUTADO (PMDB-PR)

Joesley Batista teria pedido a ajuda de Temer para resolver pendência da J&F no Cade e o presidente mandou ele procurar Rocha Loures, seu assessor. Pelo "serviço", Joesley ofereceu uma propina de 5% a Loures, que respondeu "tudo bem, tudo bem". Teria sido combinado o pagamento de R\$ 500 mil semanais por 20 anos



Aécio Neves

SENADOR (PSDB-MG)

Aécio Neves pediu a Joesley Batista, do grupo JBS, R\$ 2 milhões para bancar sua defesa na Lava Jato. Frederico Pacheco de Medeiros, primo e um dos coordenadores da campanha presidencial de Aécio em 2014, teria recebido quatro entregas de R\$ 500 mil pela JBS

18 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

TIRO CERTO

A possibilidade de Michel Temer nomear o segundo e até o terceiro colocado na eleição interna do Ministério Público Federal para o comando do órgão já é considerada provável por integrantes da carreira. A opção quebraria tradição inaugurada há 14 anos, no governo Lula, de indicação do mais votado para o cargo.

LEGÍTIMO

A categoria, no entanto, não deve reagir. “A nós cabe escolher uma lista triplíce com nomes que tenham capacidade, conhecimento, estofa e liderança. E entregar ao presidente da República para que ele faça a sua escolha”, diz José Roberto Robalinho Cavalcanti, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Ele afirma que a “participação do poder executivo dá legitimidade maior ao cargo”.

PESO PESADO

Robalinho acredita, no entanto, que a votação de cada candidato ao comando da PGR vai pesar na escolha. “Ou entregaríamos ao Presidente da República uma lista em ordem alfabética.”

RACHA

A Lava Jato causa fissuras no alto escalão da advocacia. No jantar em desagravo que oferecerão aos advogados de Lula, no domingo, juristas e defensores devem se manifestar contra o criminalista René Ariel Dotti, um dos mais conhecidos do país. No interrogatório de Lula ao juiz Sergio Moro, ele, que é assistente de acusação da Petrobras, chegou a gritar com defensores do petista, exigindo respeito ao magistrado.

RISCO PESSOAL

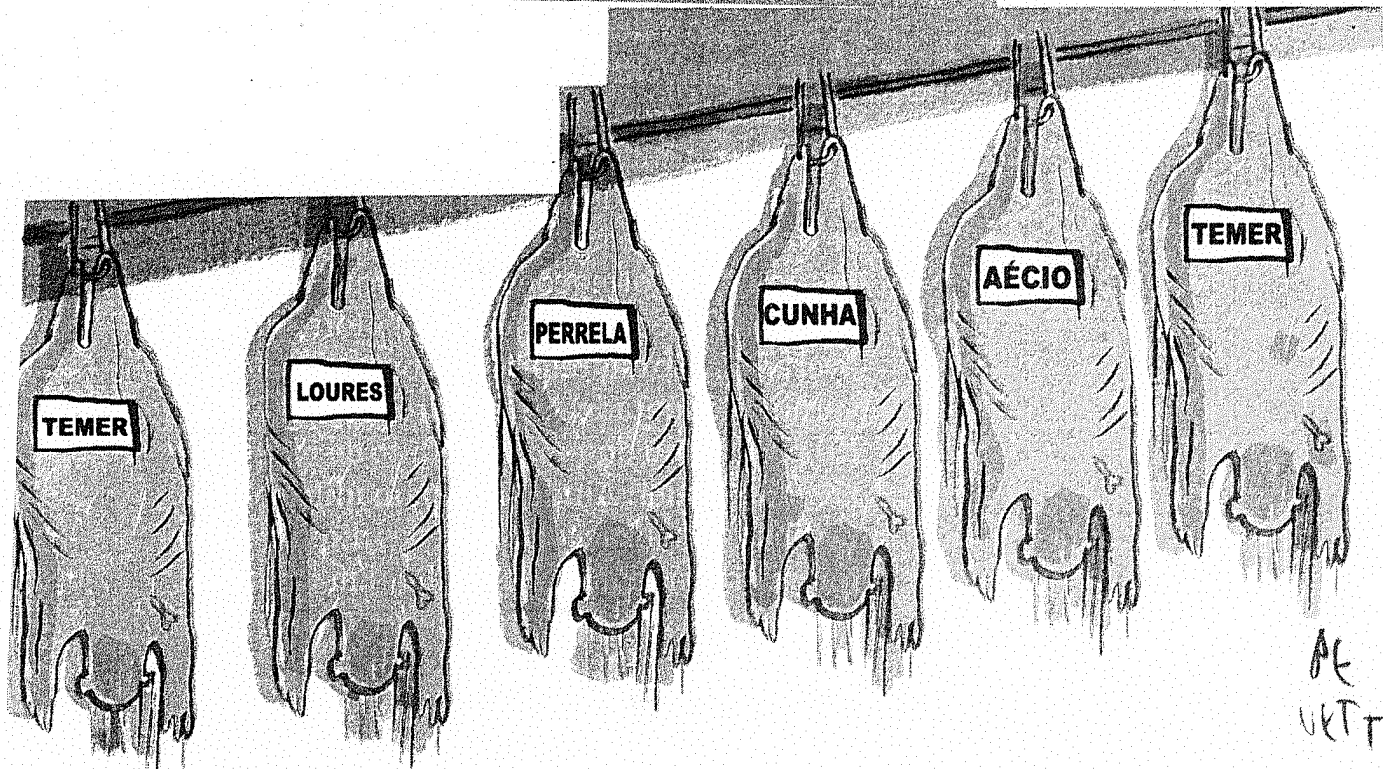
Depois disso Dotti recebeu cartas de advogados manifestando “decepção”. “Eu achei é que a audiência estava sendo interrompida sistematicamente pelo advogado [de Lula]”, diz Dotti. “Eu advoguei muito no tempo da Justiça Militar, quando havia não apenas cerceamento de defesa mas risco pessoal. Fiz requerimentos, entrei contra militares por abuso de poder. Mas nunca procurei interromper audiência.”

DATA VENIA

Dos 27 ministros do TST (Tribunal Superior do Trabalho), 19 são contra os acordos feitos entre patrões e empregos terem prevalência sobre a legislação em negociações trabalhistas, como ficou fixado na reforma trabalhista aprovada pela Câmara. E 23 deles são contra a terceirização da atividade-fim das empresas. Os dados são de pesquisa feita pelo Anuário da Justiça Brasil (editora Conjur), que será lançado em maio.

18 MAI 2017
GAZETA DO POVO

JBS-ABATECOURA NACIONAL



Delação da JBS coloca Temer em situação de risco

Gravações mostram presidente dando aval a “mesada” para manter testemunhas caladas. Presidente convoca gabinete de crise. Manifestações pedem renúncia

RIO DE JANEIRO
Agência O Globo

● Informações repassadas à Procuradoria Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, sócios do grupo JBS, provocaram a maior crise já enfrentada pelo governo de Michel Temer. Baseada em gravações feitas por Joesley e ações da Polícia Federal, a delação premiada de sete executivos da JBS apontam para obstrução de Justiça e recebimento de propina por parte do próprio presidente.

Nela, o presidente Michel Temer foi gravado em um diálogo embaraçoso. Diante de Joesley, que levava no bolso um gravador, Temer indicou o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) para resolver um assunto da *holding* J&F (que controla a JBS). Posteriormente, Rocha Loures foi filmado recebendo R\$ 500 mil enviados por Joesley. Temer também ouviu do empresário

que estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada na prisão para ficarem calados. Diante da informação, Temer incentivou: “Tem que manter isso, viu?”.

O conteúdo da delação veio a público por volta das 19 horas, em reportagens do site do jornal *O Globo*. Ainda ontem à noite, Temer convocou todo seu gabinete para uma reunião de emergência. Em nota, afirmou que “jamais solicitou pagamentos para obter o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha”. Em diversas cidades, entre elas Brasília, São Paulo e Curitiba, manifestações pediram a renúncia do presidente.

Mantega, Cunha e Aécio

A delação também atinge o líder tucano Aécio Neves (veja na página 7) e o ex-ministro Guido Mantega (que ocupou a Fazenda nos governos de Lula e Dilma Rousseff), apontado como o negociador de propinas para distribuição ao PT e seus aliados. Mantega também operava os interesses da JBS no BNDES.

Joesley revelou que pagou R\$ 5 milhões para Eduardo Cunha após sua prisão, valor referente a um saldo de propina que o peemedebista tinha com ele. Disse ainda que devia R\$ 20 milhões pela tramitação de lei sobre a desoneração tributária do setor de frango.

“Ações controladas”

Pela primeira vez na Lava Jato foram feitas “ações controladas”, num total de sete. Ou seja, um meio de obtenção de prova em flagrante, mas em que a ação da polícia é adiada para o momento mais oportuno para a investigação. Significa que os diálogos e as entregas de malas (ou mochilas) com dinheiro foram filmadas pela PF. As cédulas tinham seus números de série informados aos procuradores. Como se fosse pouco, as malas ou mochilas estavam com chips para que se pudessem rastrear o caminho dos reais. Nessas ações controladas foram distribuídos cerca de R\$ 3 milhões em propinas carimbadas durante todo o mês de abril.

A delação da JBS foi feita em tempo recorde. As conversas se iniciaram no final de março. Os depoimentos começaram em abril e na primeira semana de maio já haviam terminado. As tratativas foram feitas pelo diretor jurídico da JBS, Francisco Assis e Silva. Num caso único, aliás, Assis e Silva acabou virando também delator. Nunca antes na história das colaborações um negociador virara delator.

CONTINUA

18 MAI 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dinheiro seria para "superior"

● Por volta de 22h30m do dia 7 de março, Joesley Batista entrou no Palácio do Jaburu. Michel Temer havia chegado pouco antes em casa, logo depois de dar uma passada na comemoração dos 50 anos de carreira do jornalista Ricardo Noblat. O presidente e o empresário conversaram por cerca de 40 minutos a sós, e todo o diálogo foi gravado. Num trecho, Joesley pediu a ajuda de Temer para resolver uma pendência da J&F no governo. Temer disse que Joesley deveria procurar o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Joesley quis se certificar do que Rocha Loures poderia fazer. "Posso falar tudo com ele?", perguntou. Temer foi sucinto: "Tudo".

O dono do JBS procurou Rocha Loures. Joesley lhe contou do que precisava do Cade. Desde o ano passado, o órgão está para decidir uma disputa entre a Petrobras e o grupo sobre o preço do gás fornecido pela estatal à termelétrica EPE. Localizada em Cuiabá, a usina foi comprada pelo grupo em 2015. A Petrobras compra gás natural da Bolívia e o revende à empresa a preços altos. Joesley disse que sua empresa perde "1 milhão por dia" com essa política, e pediu que a Petrobras revenda o gás pelo preço de compra ou que deixe a EPE negociar diretamente com os bolivianos.

O indicado de Temer ligou para o presidente em exercício do Cade, Gilvandro Araújo, e pediu que se resolvesse a questão da termelétrica. Não

há evidências de que Araújo tenha atendido ao pedido. Pelo serviço, Joesley ofereceu uma propina de 5%. Rocha Loures deu o seu o.k.: "Tudo bem, tudo bem".

Para continuar as negociações foi marcado um novo encontro. Desta vez entre Rocha Loures e Ricardo Saud, diretor da JBS e também delator. No Café Santo Grão, em São Paulo, trataram de negócios. Foi combinado que pagamento de R\$ 500 mil semanais por 20 anos, tempo em que vai vigorar o contrato da EPE. Ou seja, está se falando de R\$ 480 milhões ao longo de duas décadas, se fosse cumprido o acordo. Loures disse que levaria a proposta de pagamento a alguém acima dele. Saud faz duas menções ao "presidente". Pelo contexto, os dois se referem a Michel Temer.

A entrega do dinheiro foi filmada pela PF. Esse segundo encontro teve uma logística inusitada. Certamente, revela o traquejo (e a vontade de despistar) de Rocha Loures neste tipo de serviço. Assim, inicialmente Saud foi ao Shopping Vila Olímpia, em São Paulo. Em seguida, Rocha Loures o levou para um café, depois para um restaurante e, finalmente, para a pizzaria Camelo, na Rua Pamplona, no Jardim Paulista. Foi neste endereço, próximo à casa dos pais de Rocha Loures, onde ele estava hospedado, que o deputado recebeu a primeira remessa de R\$ 500 mil.

Apesar do acerto de repasses semanais de R\$ 500 mil, até o momento só foi feita a primeira entrega de dinheiro. E, claro, a partir da homologação da delação, nada mais será pago.

Deputado apresenta pedido de impeachment

● O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) protocolou na noite de ontem, na Câmara, novo pedido de impeachment do presidente Michel Temer por crime de responsabilidade. O pedido é baseado na gravação que teria sido feita pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, com Temer dando aval para "compra de silêncio" do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A oposição cobra a renúncia imediata de Temer. "Impeachment demora uns três meses. Mais rápido seria a renúncia", defendeu o deputado Silvío Costa (PT do B-PE). Segundo o deputado José Guimarães (PT-CE), outra estratégia dos opositores será tentar paralisar o funcionamento do Congresso Nacional até a convocação de eleições diretas para presidente da República. "A situação é muito grave. Ou se faz o impeachment ou não se faz mais nada neste país", disse o petista.

Na Câmara, já há hoje outro pedido de impeachment contra o presidente aberto por ordem do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão do ministro é de abril do ano passado. Desde então, a comissão especial que analisará esse primeiro pedido ainda não foi instalada na Casa. Isso porque líderes de partidos da base aliada resistem a indicar os deputados de suas bancadas para compor o colegiado.

Rocha Loures é homem de confiança de Temer desde 2011

Logo que o peemedebista assumiu a vice-presidência, deputado paranaense teve relação muito próxima com o atual presidente

BRASÍLIA E CURITIBA

Fernando Martins
e Evandro Éboli

● Filmado pela Polícia Federal (PF) recebendo o que seria uma propina de R\$ 500 mil da empresa JBS, o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) é um dos principais homens de confiança do presidente Michel Temer (PMDB). Desde 2011, quando Temer assumiu a vice-presidência, o paranaense Rocha Loures esteve ao seu lado — ora como uma espécie de secretário particular, ora como um dos principais interlocutores do chefe na Câmara. As mesmas funções continuaram a ser desempenhadas com a posse de Temer na Presidência, há um ano.

Empresário do ramo de alimentos (a família é proprietária da Nutrimental), Rocha Loures conquistou a confiança do atual presidente aos pou-

cos. Elegeu-se deputado federal pelo Paraná em 2006. Logo ganhou espaço na bancada do PMDB. Foi indicado pelo partido para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, onde se especializou nesses temas. Aproveitou a visibilidade na comissão e ganhou a simpatia dos colegas de partido. Virou vice-líder da bancada.

Aproximação

Foi nesse período, em 2008, que passou a ter mais contato com Temer — que era deputado e presidente nacional do PMDB à época. Um ano depois, em 2009, o paranaense foi escolhido por Temer para coordenar sua campanha (vitoriosa) à presidência da Câmara.

Em 2010, Rocha Loures não concorreu à reeleição à Câmara. O PMDB do Paraná tinha outra missão para ele. Foi candidato a vice-governador na chapa encabeçada pelo então senador Osmar Dias (PDT). Osmar perdeu a eleição para Beto Richa (PSDB). E Loures ficou sem mandato.

Mas não sem cargo público: com a eleição de Dilma Rousseff (PT) para a presidência e de Temer para vice, o paranaense virou assessor direto do peemedebista.

Nesse período, para falar com Temer, qualquer pessoa tinha de passar antes por Ro-

cha Loures.

O paranaense concorreu à Câmara novamente em 2014. Ficou na suplência do PMDB e, desse modo, voltou a assessorar Temer. Ocupou a mesma função de auxiliar quando o vice virou presidente, em maio do ano passado, com o impeachment de Dilma.

A cassação da petista, aliás, teve o dedo do paranaense. Ele ajudou a articular, por exemplo, a formação da comissão especial que aprovou o impedimento. Também foi ele quem coordenou a queda de Leonardo Picciani (RJ) da liderança do PMDB da Câmara. Picciani era aliado de Dilma.

Rocha Loures só deixou o cargo para voltar à Câmara, na vaga aberta pela nomeação do deputado Osmar Seraglio para o Ministério da Justiça. Ele conversou com Temer e perguntou ao presidente o que ele desejava: continuar na assessoria especial da Presidência ou assumir o mandato.

Temer pensou por dois dias e avisou que precisaria dele na Câmara. Recebeu uma incumbência pessoal do presidente no retorno ao Congresso: auxiliar o Planalto a aprovar as reformas da Previdência e trabalhista.

Agora é acusado de auxiliar Temer em assuntos bem menos republicanos.

REINALDO BESSA
Nem aí

OUTROLADO

A reportagem procurou Rocha Loures para que ele posicionasse sobre as acusações. Deixou recado na caixa postal, mas não teve retorno até o fechamento desta edição. Loures está em Nova York, para onde viajou a convite do Eurasia Group (empresa de pesquisa e consultoria de risco político) para falar a investidores internacionais. Em nota, a assessoria de imprensa do deputado informou que seu retorno está programado para hoje, e que ele irá "se inteirar e esclarecer os fatos divulgados".

O deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), envolvido na denúncia de pagamento de propina pela JBS, que estourou na noite de ontem em Brasília, está em Nova York, onde daria ontem uma palestra sobre a política brasileira e as perspectivas para a agenda de reformas do governo Temer a um grupo de investidores internacionais. O convite foi feito pela Eurasia Group, maior empresa de pesquisa e consultoria de risco político do mundo. Essa entende mesmo de risco.

18 MAI 2017
GAZETA DO POVO

18 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Pedido de inquérito contra Richa chega ao STJ nos próximos dias

● A Procuradoria-Geral da República vai enviar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos próximos dias o pedido de abertura de inquérito contra o governador Beto Richa (PSDB) em virtude das delações da Odebrecht, que apontam supostas doações via caixa 2 ao tucano. O mesmo deve ocorrer em relação a outros oito governadores. As informações são do jornal Folha de S. Paulo.

CELSO NASCIMENTO

ESTRATÉGIA 1

Por que será que o advogado e professor de Direito Civil da UFPR Manoel Caetano passou a integrar a equipe de defesa do ex-presidente Lula, ao lado do até agora titular, o criminalista Cristiano Zanin? Embora não se desconheça os inegáveis predicados que Caetano reúne como jurista, há quem enxergue nesta novidade uma boa estratégia para constranger (ou até afastar) o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, de causas que envolvam Lula.

Estratégia 2

Fachin, como já fez em outra ocasião, se declarou impedido de julgar habeas corpus impetrado por Lula alegando que era amigo pessoal de um dos seus então advogados. Agora aparece Manoel Caetano na jogada. Como ele próprio declarou, é amigo de Fachin há 40 anos, militaram politicamente juntos desde os tempos acadêmicos e no magistério, além de colegas na Procuradoria Geral do Estado. Parece ser um meio passo para a defesa tirar Lula das mãos do rígido Fachin

18 MAI 2017

GAZETA DO POVO

TRE planeja gastar R\$ 8 milhões em usina de energia solar

Eletricidade produzida será destinada à rede da Copel e irá gerar desconto nas faturas dos fóruns eleitorais e da sede do TRE-PR

Caroline Olinda

● O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) planeja investir R\$ 8 milhões para construir uma usina de energia solar em Paranavaí, no Noroeste do estado. A ideia é integrar a produção à rede da Copel e reverter os kilowatts produzidos em créditos para desconto na conta de eletricidade dos 153 fóruns eleitorais do estado e da sede da Justiça Eleitoral, em Curitiba. Por ano, o TRE-PR desembolsa cerca de R\$ 3,5 milhões com energia elétrica, segundo o secretário de orçamento do órgão, Valcir Mombach.

Foi ele o idealizador do projeto da usina fotovoltaica. Pelas contas de Mombach, três anos após a conclusão da obra, o custo de instalação da planta já terá sido compensado pela economia que se fará nos gastos com energia elétrica. O plano é que as obras comecem já no segundo semestre e no fim do ano a usina esteja parcialmente em funcionamento. “Para esse ano, a previsão é que tenhamos uma produção de, pelo menos, 500 kWh/mês. No ano que vem, queremos ter a produção de mais 1,5 mil kWh/mês”, diz Mombach.

Ex-presidente dos EUA ganha dinheiro com fazenda de energia solar

A usina só vai chegar a produção pretendida de 3 mil kWh/mês — que atenderia 100% a demanda atual da Justiça Eleitoral no estado — quando a obra estiver 100% concluída. Um dos entraves para ver todo o projeto pronto ainda neste ano é a falta de dinheiro. Por enquanto, há R\$ 2,2 milhões em emendas parlamentares já liberadas para a obra.

De acordo com Mombach, ainda se espera a liberação de outros R\$ 2 milhões em emendas para o ano que vem. Os R\$ 4 milhões restantes deverão ser repassados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O terreno para a construção da usina será cedido pela prefeitura de Paranavaí ao TRE. Na semana passada, o presidente da corte, o desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, esteve no município para tratar do assunto.

De acordo com a assessoria de comunicação da prefeitura de Paranavaí, nos próximos dias deverá ser enviado à Câmara Municipal da cidade um projeto prevendo o repasse do terreno. A área de cerca de 30 mil metros quadrados fica próxima a subestação da Copel do município. O ganho para a cidade seria o ICMS gerado pela energia jogada na rede pela usina e que voltaria, em parte, para o município.

Projeto nos EUA permite que vizinhos comercializem energia entre si

A escolha para a instalação da usina em Paranavaí não foi à toa. O município, que fica no Noroeste, está numa das regiões do estado com maior potencial para a geração de energia fotovoltaica, de acordo com estudo feito pela Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), baseado em dados do Atlas Brasileiro de Energia Solar. De acordo com a pesquisa, a irradiação solar no território paranaense evidencia um grande potencial para o estado na geração de energia solar.

18 MAI 2017

BEMPARANÁ

Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Atendimentos por agressão sexual têm alta em Curitiba

Segundo hospital pediátrico, este tipo de ocorrência subiu mais de 18% no ano passado na Capital

Rodolfo Luis Kowalski —

Hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data criada em 2000 em memória de Araceli Cabrera Crespo, que tinha 8 anos quando foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada no Espírito Santo, em 1973. No Paraná, um dia é uma oportunidade para refletir sobre um problema cada vez mais em evidência por conta de dados alarmantes.

No ano passado o Hospital Pequeno Príncipe, referência em atendimento pediátrico no País, registrou um crescimento de 18,2% nas ocorrências de agressão sexual contra crianças e adolescentes. Foram 292 registros contra 247 no ano anterior, o maior número de casos desde 2013. Ao todo, foram 1.052 atendimentos realizados pela instituição no período analisado, o que dá uma média de um caso a cada 33 horas.

“Um dos fatores que eu acho importante tratando desse tema é que existe a subnotificação. Então, quanto mais esse assunto é difundido, mais as pessoas notam aspectos

importantes e pode ter um aumento no número de notificações”, explica o ortopedista Edilson Forlin. “Então não é necessariamente um aumento da incidência, o que também não é muito tranquilizador, porque os números são muito altos”, complementa.

A realidade é ainda evidenciada pelos dados do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que desde o começo da semana está engajado em campanhas de combate ao abuso e à exploração sexual de menores. As estatísticas do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e Educação revelam que desde 2012 os promotores de

Justiça da instituição ajuizaram 7.426 ações penais. Além disso, há 5.458 investigações em andamento no Estado.

A maior parte dos casos (91,3% das 12.884 ações ajuizadas ou investigações em andamento) são de estupro de vulnerável. Segundo a promotora de Justiça Luciana Linero, isso se explica pela subnotificação. Segundo ela, situações como de corrupção de menores para fins sexuais e favorecimento da prostituição não chegam à polícia e ao Ministério Público na proporção em que ocorrem. Por isso ela sustenta a necessidade de se construir uma cultura de inclusão de todos no processo de combate a crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Prefeitura institui mês de enfrentamento

A Prefeitura de Curitiba intensificou neste mês o trabalho de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes na cidade. Para isso, realiza uma série de ações do chamado Mês de Sensibilização Sobre a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, que tem como foco a prevenção a partir do trabalho com as famílias. As ações acontecem nas dez regionais de Curitiba. São rodas de conversa com adolescentes; panfletagem para orientação; oficina; palestras; teatro de fantoches da Guarda Municipal; exposição de trabalhos escolares; e blitz em postos de gasolina para alertar sobre a violência sexual. Na segunda-feira, as regionais Matriz, Pinheirinho e Cajuru fizeram panfletagem para orientação aos pedestres. Hoje, será realizado o XI Seminário Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que terá como tema central a agressão no contexto da família. O evento acontece no Salão de Atos do Parque Barigui, das 13h30 às 17h30, e tem o objetivo de estimular o debate, a articulação intersetorial e o compromisso com a qualidade dos serviços especializados ofertados no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência.

18 MAI 2017

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Violência física bate recorde

Não foi só com relação aos casos de agressão sexual, porém, que o Hospital Pequeno Príncipe registrou aumento. Em 2016, foram 533 atendimentos sobre todos os tipos de violência, um crescimento de 28% na comparação com 2015, quando haviam sido 415 casos. Em 71,1% dos casos do ano passado a violência ocorreu no ambiente intrafamiliar, sendo que 52% dos agressores eram a mãe, o pai, amigos e conhecidos, ou o padrasto.

Do total de atendimentos, 61,2% eram meninas e 30% das crianças tinham até dois anos de idade (dessas situações, 27,5% eram crianças de zero a seis meses; 36,9%, de sete meses a um ano; e 61,9%, de um a dois anos). Sobre os tipos de violência, 54,8% dos casos eram de agressão sexual; 26,6%, negligência; e 15,6%, física. Em 29,1% dos casos, não era a primeira vez que o paciente sofria violência. E em relação às cidades onde os casos aconteceram, 44,1% deles eram de Curitiba; 55,2% de outros municípios do Paraná; e 0,7% de outros Estados.

Campanha — Desde os anos 1970 atuando no enfrentamento à violência contra criança e adolescentes, o Hospital Pequeno Príncipe realiza a campanha Pra Toda Vida, que neste ano tem como mote “Quem ama cuida. Quem cuida protege. Quem protege denuncia”.

18 MAI 2017

BEMPARANÁ

Gravação mostra Temer dando aval para compra de silêncio de Cunha

Donos da JBS confirmaram tudo no STF; oposição pede impeachment

Paranaense Rodrigo Rocha Loures teria sido filmado recebendo dinheiro

Reportagem do jornal *O Globo* divulgada ontem aponta que Joesley Batista e o seu irmão Wesley, donos da JBS, maior produtora de proteína animal do planeta, afirmaram, em delação ao Supremo Tribunal Federal (STF), terem gravações em que o presidente da República, Michel Temer, dá aval para o pagamento de propina em troca do silêncio do ex-presidente da Câmara e ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ).

De acordo com a reportagem, Joesley Batista e Wesley foram ontem ao STF para um encontro com o ministro Edson Fachin, relator dos processos da Lava Jato para confirmar o que já haviam dito à Procuradoria-Geral da República. Segundo o jornal, diante de Joesley, Temer indicou o deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB) para resolver um assunto da J&F (holding que controla a JBS). Rocha Loures teria sido filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados por Joesley.

Ainda de acordo com *O Globo*, Temer também ouviu do empresário que estava dando a Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada para ficarem calados. Diante da informação, Temer incentivou: "Tem que manter isso, viu?".

AÉCIO
R\$ 2 milhões
é o quanto o senador e presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, teria pedido a Joesley Batista, da JBS

Cunha está preso em Curitiba desde o final do ano passado, acusado pela Operação Lava Jato de receber US\$ 5 milhões em propina para intermediar negócios com a Petrobras.

Aécio - A delação também atinge o senador e presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, que teria sido gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley. O dinheiro teria sido entregue a um primo do presidente do PSDB, numa cena filmada pela Polícia Federal. Segundo a reportagem, a PF rastreou o caminho do dinheiro, que teria sido depositado numa empresa do senador Zeze Perrella (PSDB-MG).

Procurado, Aécio disse que sua relação com Batista era "restritamente pessoal".

R\$ 500 mil

Deputado do PR teria sido filmado com o dinheiro

A delação dos donos da JBS, Joesley Batista e o seu irmão Wesley, aponta que o deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB) foi filmado recebendo R\$ 500 mil para intermediar a compra do silêncio do ex-presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), com o aval do presidente Michel Temer (PMDB/SP).

Segundo a reportagem do jornal *O Globo*, Rocha Loures – que até o ano passado era chefe de gabinete de Temer – foi escalado pelo presidente para intermediar a negociação. "Fale com o Rodrigo", teria dito o presidente a Joesley, em uma das gravações.

De acordo com o colunista Lauro Jardim, de *O Globo*, Temer indicou o paranaense para resolver a questão, que posteriormente foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados por Joesley Batista.

Segundo o jornalista, Temer ouviu do empresário Joesley Batista, da JBS, que ele estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma "mesada na prisão" para que ambos ficassem em silêncio.



**Em Brasília, República ruiu com gravações,
filmagens e grana suja rastreada. Tudo com aval do
presidente, em negociação com o barão da carne.**

BOMBA NO PLANALTO!

Dono da JBS grava Michel Temer dando aval a suborno pra Eduardo Cunha; Presidente nega

Estadão Conteúdo

Os donos da JBS, Joesley Batista e seu irmão Wesley Batista, gravaram uma conversa em que o presidente Michel Temer supostamente dá aval para a compra do silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso na Operação Lava Jato. A informação foi divulgada na noite de ontem, pelo jornalista Lauro Jardim, do site do jornal O Globo.

Joesley e Wesley, segundo o jornal, firmaram acordo de delação premiada com a Operação Lava Jato. A colaboração também inclui outros executivos da empresa, a maior produtora de carne do mundo.

Na gravação, feita em março, Temer teria indicado a Joesley o deputado paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB) (foto) para resolver um assunto da J&F (holding que controla a JBS). Em

nova gravação entregue aos procuradores, o parlamentar foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil que teria sido enviado por Joesley. Procurada, a assessoria de imprensa da JBS disse que não tem qualquer informação sobre as notícias publicadas pelo jornal.

DECLARAÇÃO

“Tem que manter isso, viu?”, disse o presidente Michel Temer (PMDB) sobre mesada milionária ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), segundo revelou o executivo Joesley Batista, do Grupo JBS. O executivo disse que comentou detalhes com o presidente da mesada também paga ao lobista Lúcio Funaro, antigo aliado de Cunha. Os dois estão presos o ex-deputado pegou 15 anos e quatro meses de condenação imposta pelo juiz federal Sérgio Moro; o lobista está custodiado preventivamente em Brasília.

Em depoimento aos procuradores da força-tarefa da Lava Jato,

Joesley disse que “não foi”

Temer quem determinou a mesada a Eduardo Cunha. Mas ele afirma que o presidente “tinha pleno conhecimento” da operação pelo silêncio do peemedebista.

Os pagamentos ilícitos foram monitorados pela Polícia Federal. O procedimento é denominado “ação controlada” com autorização judicial, agentes seguem os alvos, fazem filmagens e gravações ambientais.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

NOTA

O presidente Michel Temer divulgou ainda ontem uma nota. “O presidente Michel Temer jamais solicitou pagamentos para obter o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. Não participou e nem autorizou qualquer movimento com o objetivo de evitar delação ou colaboração com a Justiça pelo ex-parlamentar.

O encontro com o empresário Joesley Batista ocorreu no começo de março, no Palácio do Jaburu, mas não houve no diálogo nada que compromettesse a conduta do presidente da República.

O presidente defende ampla e profunda investigação para apurar todas as denúncias veiculadas pela imprensa, com a responsabilização dos eventuais envolvidos em quaisquer ilícitos que venham a ser comprovados”, diz o texto.

Fim da República

O ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) se mostrou “apreensivo” esta semana com a possibilidade de vazamento do teor das delações dos executivos do Grupo JBS. Em conversa com interlocutores, ele afirmou que “se a JBS delatar, será o fim da República”. Condenado a 15 anos e quatro meses de prisão na Lava Jato, o peemedebista está recolhido no Complexo Médico

Penal de Pinhais, nos arredores de Curitiba, desde outubro de 2016, por ordem do juiz federal Sérgio Moro. Cunha também comentou a interlocutores que as delações da empreiteira Odebrecht seriam “pequenas causas” se comparadas ao teor das revelações dos controladores do Grupo JBS. O ex-parlamentar não comentou se estaria envolvido em esquemas de corrupção com os novos delatores.

Pedido de impeachment

O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) protocolou ainda na noite de ontem na Câmara, novo pedido de impeachment do presidente Michel Temer por crime de responsabilidade. Além do impeachment, a oposição também cobra a renúncia imediata de Temer. “Impeachment demora uns três meses. Mais rápido seria a renúncia”, defendeu o deputado Silvio Costa (PTdoB-

PE). Segundo o deputado José Guimarães (PT-CE), outra estratégia dos opositores será tentar paralisar o funcionamento do Congresso Nacional até a convocação de eleições diretas para presidente da República. “A situação é muito grave. Ou se faz o impeachment ou não se faz mais nada neste País”, disse o petista.

Na Câmara, já há hoje outro pedido de impeachment contra o

presidente aberto por ordem do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão do ministro é de abril do ano passado. Desde então, a comissão especial que analisará esse primeiro pedido ainda não foi instalada na Casa. Isso porque líderes de partidos da base aliada resistem a indicar os deputados de suas bancadas para compor o colegiado.



Advogado pode ser preso em cela comum depois de condenação em segundo grau

A mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal que permite o início do cumprimento da pena após condenação em segunda instância, e não mais só depois do trânsito em julgado da condenação, afetou diretamente a advocacia.

Nesta terça-feira (16/5), ao julgar o recurso de um advogado condenado por peculato em primeiro e segundo graus, a 2ª Turma do STF definiu, por unanimidade, que o direito dele de permanecer preso em Sala de Estado Maior só vale para prisões cautelares. Após a condenação em segundo grau, a pena em si já está pode ser cumprida — e o profissional perde essa prerrogativa.

Esse entendimento, segundo o relator do caso, ministro Dias Toffoli, é válido porque a prisão do advogado perdeu a natureza cautelar, fazendo com que assuma características de prisão-pena e justifique o fim da diferenciação.

Na primeira instância, o advogado foi condenado a 18 anos e 11 meses de prisão em regime fechado. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça do Paraná aumentou o tempo de detenção para 22 anos, oito meses e 10 dias de prisão após recurso do Ministério

CONTINUA

Público estadual. Além disso, de ofício, determinou que o início imediato do cumprimento da pena.

A defesa então apresentou recurso para que o réu, por ser advogado, cumprisse a pena em regime domiciliar, com tornozeleira eletrônica. A solicitação foi deferida pelo juiz substituto em segundo grau. Posteriormente, o desembargador responsável pelo caso revogou a decisão, determinando a prisão do reclamante em cela comum.

Segundo o desembargador, como a prisão caracteriza o início de execução provisória da pena, a condição especial concedida por conta da profissão deixa de valer. Isso porque, continuou, a mudança de entendimento no STF sobre o início do cumprimento da pena após a condenação em segunda instância, e não mais depois do trânsito em julgado, também desautorizou que advogados permaneçam detidos em Sala de Estado Maior depois de condenados pelo segundo grau.

Apesar do entendimento, o reclamante afirmou que, mesmo com o STF autorizando a execução provisória da pena após julgamento de segundo grau, o entendimento sobre a prisão de advogados em Sala de Estado Maior está pacificada. Apesar do argumento, seu recurso ao Supremo foi negado.

“Ainda que não transitada em julgado a condenação do agravante, essa é a natureza jurídica da sua custódia, na medida em que o tribunal de Justiça local, ao concluir o julgamento dos embargos de declaração, determinou a execução provisória da pena privativa de liberdade a ele imposta, na linha da jurisprudência desta Suprema Corte”, disse Dias Toffoli.

Seguindo o entendimento de Toffoli, o ministro Luis Edson Fachin ponderou que tais prerrogativas são fundamentais, mas “não correspondem a imunidade ou mesmo atribuição de circunstâncias que transbordem o próprio normativo”. Também acompanhando o relator, o ministro Celso de Mello explicou que,

CONTINUAÇÃO

18 MAI 2017

por ser uma prisão penal, a decisão de segundo grau está “apta a afastar a prerrogativa profissional”.

Sequência de erros

Para o criminalista e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil Luiz Flávio Borges D’Urso, essa decisão é um erro, resultado de um equívoco anterior — quando o Supremo passou a permitir o início do cumprimento após condenação de segunda instância. “Execução provisória de pena continua sendo pena provisória, pois ainda há como reverter a decisão”, destaca.

D’Urso, que já presidiu a OAB de São Paulo por três mandatos, afirma que esse entendimento traz dois impactos negativos diretos. O primeiro recai sobre a advocacia, que tem uma de suas prerrogativas enfraquecidas. Já o segundo é o aumento da tendência punitivista do sistema penal. “Isso gerará como consequência uma profunda frustração, pois esse endurecimento não diminuirá a criminalidade”, opina.